
**A EVOLUÇÃO RECENTE DA CONJUNTURA
A ACENTUAR O ATRASO
DO PENSAMENTO ECONÓMICO**

A EVOLUÇÃO RECENTE DA CONJUNTURA A ACENTUAR O ATRASO DO PENSAMENTO ECONÓMICO

1. Na evolução recente da Economia Mundial, aos 25 anos de crescimento económico (desde o fim da guerra e até cerca do início dos anos 70) praticamente sem interrupção e sem rupturas graves, muito em especial das economias do Centro e Norte da Europa, dos Estados Unidos, Canadá, Japão e dos chamados domínios (Austrália, Nova Zelândia e África do Sul), durante o qual se registou a mais notável expansão histórica (a produção mais que triplicou e a taxa de crescimento médio anual atingiu os 5%), sucedeu-se a fase dos anos 70 que ora se diz de crise, de recessão ou de depressão.

Sem características homogéneas, embora, esta fase define-se por desequilíbrios múltiplos de que o mais grave é o que resulta não já do fatalismo da alternativa entre desemprego e inflação mas, de há uns anos para cá, da própria coexistência do desequilíbrio do emprego com o aumento dos preços como uma constante (a inflação rígida ou estrutural).

É esta a nota mais vincada deste recente período de perturbações, inquietantes não tanto pelo reconhecimento de que quer a inflação quer o desemprego minam o equilíbrio social mas, sobretudo, perante a penúria do pensamento económico contemporâneo que não encontrou, ainda, o instrumental necessário a fornecer à política económica a empreender pelos governos, para uma acção eficaz. Na verdade, e pela ausência de outro apoio teórico, é ainda no recurso à utensilagem clássica, pela utilização das variáveis estratégicas (neo-keinesianas ou monetaristas) que são terapêutica própria das ultrapassadas crises clássicas de desequilíbrio entre Oferta e Procura (desemprego com queda dos preços), que as diferentes políticas económicas actuais têm esperado encontrar a resposta adequada ao pior dos males da economia dos nossos dias.

A ineficácia dos resultados (e, assim, o prolongamento da crise, com altos e baixos e não uniformemente, para o conjunto das economias) não provém da maior ou menor incapacidade dos governos, nem de inexistência ou erro de diagnóstico, mas do atraso da teoria relativamente à evolução da vida económica real. Não existe nenhum mecanismo teórico susceptível de explicar, satisfatoriamente, a possibilidade de solução de qualquer das situações generalizadas de desemprego com inflação. A tentativa de solução de um dos desequilíbrios, através, por exemplo, das conhecidas acções sobre a variável Crédito, o instrumento monetário, a contenção da Procura interna, etc., inevitavelmente tem acabado por agravar o outro. A redução da Procura, por meio de restrições de vária ordem, deixou de constituir meio de estabilização dos preços, porque se abate sempre negativamente sobre as empresas, como a inflação deixou de ser garantia quer de pleno emprego quer de crescimento a ritmo adequado. A importância para a solução dos desequilíbrios com o retorno ao equilíbrio clássico do crescimento continuado sem inflação e com pleno emprego (ou, mais realisticamente, com emprego incompleto), começa a impor caminhos diferentes de pesquisa para a superação da crise: o encontrar-se esquemas de evolução com a aceitação dos fenómenos, em especial com o da inflação, reconhecida a sua inevitabilidade — na fase em que se encontra a economia de mercado — como mecanismo redistribuidor do RN e como poderoso meio indispensável à necessidade de acção fortemente acrescida dos Estados modernos. Não é já o combate à inflação. É a procura de uma forma de evolução económica desejada (Desenvolvimento) com a inflação.

O novo vírus da nova situação que abala o mundo, particularmente desde o início da década, prender-se-á porventura com problemas insuficientemente definidos dos mercados nacionais e internacionais, tanto mais que se observa outro facto aparentemente incompatível com uma situação inflacionista — é a existência de níveis muito elevados de poupança líquida, a afectarem singularmente as instituições financeiras dos grandes países. Esta poupança reflete uma estrutura em mutação. Começa a predominar a componente da poupança forçada e contratual, em detrimento da poupança espontânea. Por outro lado, ela afasta-se dos mercados de capitais para permanecer nos circuitos bancários. A poupança desinteressa-se do Investimento. Assim, ao lado das distorções entre as estruturas da Oferta e as da Procura, que sobressaem nos nossos dias, registam-se as que con-

frontam as necessidades de Investimento com as estruturas do Aforro, o que vem conferir um papel crescente às instituições financeiras para a solução da crise e o encontrar de novos caminhos.

2. Perante a surpresa da nova situação, quer porque ela se sucedeu a período de fulgurante desenvolvimento, enquadrado pela harmoniosa arquitectura dos mecanismos de Bretton Woods, estabelecidos ainda em plena guerra mas quando se sabia já quem a iria ganhar, quer pelas suas características desconcertantes relativamente aos esquemas teóricos que alimentavam as políticas económicas, ou as capacidades de resposta dos governos, o Mundo reagiu com medidas que constituíram verdadeiras rupturas históricas com que fica assinalada a década de 70. Elas consubstanciam-se, especialmente, no abandono do sistema monetário internacional estabelecido, com singular poder de previsão, em Bretton Woods, pela adopção de um novo sistema de câmbios flutuantes ou «flexíveis» e, como decisão recente, pelo estabelecimento do Sistema Monetário Europeu, como tentativa de criação de uma zona de estabilidade monetária na Europa.

A desordem monetária, que assumiu proporções insustentáveis nos dois últimos anos, remonta a 1967, com o primeiro acto de indisciplina relativamente aos esquemas de Bretton Woods. Foi a desvalorização da libra em Novembro desse ano. A partir daí, a evolução tem sido no sentido de uma amplificação progressiva das variações cambiais de umas moedas relativamente às outras, como fenómenos intercorrelacionados com a falta de convergência das taxas de inflação e das estruturas das balanças de pagamentos dos países industrializados de economia de mercado.

Em 1969, a RFA que deixou flutuar o DM e, em 1971 (e a partir daí, e até hoje, em constante agravamento), o dólar passou a acusar sinais de debilidade, suspendendo a sua convertibilidade em ouro e debatendo-se, paradoxalmente, com a sua superabundância no planeta. Nestes dois últimos anos a depreciação do dólar foi singularmente acentuada (!).

(!) Em 1977, depreciou-se de 25 % relativamente ao franco suíço; de 20 % ao iene e de 11 % ao DM.

Em 1978, 18 % comparativamente ao franco suíço e ao iene e 13 % ao DM. No período de oito anos (1971-1978) a sua depreciação foi de 45 %, 50 % e 62 % em relação ao iene, DM e franco suíço, respectivamente. Em relação ao franco belga, a mais estável das moedas europeias, perdeu 18 % do seu valor no mesmo período de 8 anos.

De facto, da «escassez» do dólar de 1945, passa-se ao «perigo» do dólar nos nossos dias.

É, porém, em 1973, com o problema do petróleo e com a flutuação generalizada das moedas dos países industrializados, que se afundam os esquemas de Bretton Woods, de notável eficácia durante 25 anos.

Mas, em breve se observa que não basta a flutuação cambial para se ter resposta adequada às novas questões.

Operara-se, entretanto, uma profunda diferenciação no potencial económico e monetário internacional com destaque para a economia da RFA e a japonesa, cuja moeda conhecia variações sensivelmente significativas.

Simultaneamente, como relação de causa-efeito, assistiu-se a altas espectaculares dos preços dos produtos básicos e dos custos de energia que a chamada «crise do petróleo» em 1973-1974 dramaticamente simbolizou e continua a simbolizar face aos novos aumentos anunciados para 1979, após o período de congelação que conheceram desde 1 de Janeiro de 1977 e que assim desaparece.

Os PNB, com acentuadas quebras de crescimento, acusam ritmos excessivamente lentos que, embora com oscilações (a provocar optimismo ou desânimo), de ano para ano, ou de economia para economia, começaram a fazer lembrar a repetição, sob forma diferente, da grande depressão de 1929.

As taxas de inflação e as taxas de juro atingiram níveis não conhecidos anteriormente a não ser em épocas ou economias pontualmente submetidas à intensidade de qualquer conflito (?).

A aplicação, em 1973-1974, pelo conjunto dos países industrializados de uma política monetária restritiva veio acentuar os contornos da conjuntura de crise, colocando a maior parte das grandes empresas perante capacidade de produção excedentária, o que, funcionando como estímulo para a inovação tecnológica, acabou por provocar distorções no meio de vários dos maiores sectores da produção mundial como, por exemplo, no dos têxteis, da siderurgia e da construção naval, em resultado das variações de competitividade entre as diferentes instalações. Distorções de tal

(?) Em 1978, o Banco de Inglaterra subiu espectacularmente a sua taxa de desconto de 10 % para 12,5 %, o que constitui uma taxa recorde desde a última grande crise da libra em 1976. Em 1 de Novembro de 1978, Carter anunciou a subida da taxa de desconto do Federal Reserve, de 8,5 % para 9,5 %, nível sem precedentes e elevado do ponto de vista histórico, mas não do ponto de vista combate à inflação.

amplitude que chegaram a determinar, como fenómeno inusitado numa fase cujo traço comum é a inflação, abaixamento de preços. Simultaneamente, ressurgem formas há muito condenadas de protecção, com recurso às armas alfandegárias ou através de subvenções públicas a fim de salvar as empresas mais ameaçadas.

3. As modificações profundas do sistema de pagamentos internacionais e à quadruplicação dos preços do petróleo procura-se atribuir a razão da depressão, o que é insuficiente. Em breve se abandonou esta explicação como demasiadamente pobre face aos aspectos proteiformes da crise.

Sublinha-se a necessidade de cada país relançar a Procura, tanto quanto possível, com particular ênfase nas economias mais fortes — a americana, a alemã e a japonesa, tidas como as locomotivas.

Entretanto, estes esforços fazem-se desarticuladamente, num clima de concorrência exacerbada, traçando cada país a sua própria dinâmica de Investimento e de Poupança, de solução para o desequilíbrio das finanças públicas, a revelar, perante o relativo fracasso a médio e longo prazos das medidas adoptadas, que a superação da crise pressupõe um novo quadro institucional que implique uma acção internacional concertada de que o Sistema Monetário Europeu pode constituir um primeiro ensaio, não obstante o seu raio de acção se circunscrever, por virtude de a libra se ter excluído, a 8 das 9 moedas da CEE.

Aos acontecimentos espectaculares, às desordens monetárias e cambiais, às rupturas com esquemas preestabelecidos, como se observou em anos anteriores deste decénio, sucedeu-se o ano de 1978 relativamente tranquilo, nalguns casos de crescimento hesitante, como se se tivesse entrado em fase de convalescença. Ele dilui-se, porém, no período conjuntural que, englobando o próprio decénio, ameaça prolongar-se, não obstante a real melhoria de alguns indicadores em especial nas economias mais fortes. Admite-se, todavia, serem oscilações de curto prazo que, em 1979, se deverão manter. Efectivamente em 1977-1978, observou-se uma inflexão, assaz tímida, no ritmo da produção que acusou taxa menos baixa tendo, ainda, nos EU, diminuído o desemprego com rapidez surpreen-

dente⁽¹⁾ e, noutros países, como a Itália e a Espanha, registado, com não menor surpresa, o equilíbrio das suas contas externas, além da solidificação das situações de força, quer no plano interno como no internacional, das economias da RFA e da japonesa.

4. Factores existem que permitem perspectivar mesmo que se desenha clima propício à continuação, em termos globais, de uma evolução que não suscita desânimo, apesar da amplitude da subida dos preços do petróleo, para 1979 (de 12,70 dólares o barril, para 14,54), ser superior à que as economias ocidentais admitiam, de tal modo que, numa primeira reacção à decisão de Abu Dhabi, alguns observadores, economistas e políticos, reconduziram-se aos acentos alarmantes do passado.

Acontece, porém, que, por um lado, os aumentos decididos em 17 de Dezembro de 1978, pelos países da OPEP, são distendidos por um período de 3 anos e os 14,5 %, em relação aos preços de Dezembro, que cabem a 1979, programam-se por 4 fases (5 % em 1 de Janeiro; 3,809 % em 1 de Abril; 2,294 % em 1 de Julho e 2,619 % em 1 de Outubro); e, por outro lado, observou-se uma grande contracção dos excedentes dos países da OPEP que passaram de 65 biliões de dólares em 1974, para 12 em 1978. As reservas monetárias dos países petrolíferos caíram a 46,6 biliões de DTS (fim de Novembro de 1978), contra 62,1 biliões no fim de 1977, enquanto os dos países industrializados se elevaram de 139,4 biliões (Dezembro 1977) para 160,4 (Dezembro de 1978), cabendo as maiores altas aos três países de moeda forte: RFA, Japão e Suíça. Trata-se, então, de uma estratégia de aumentos por pequenas doses, num mundo que praticamente absorveu o choque da crise petrolífera de 73.

O primeiro aspecto atenua os efeitos do agravamento, pois permite a criação, a tempo, de operações compensadoras, enquanto o segundo cons-

(¹) A diminuição do desemprego em 1978, deu-se especialmente nos EU, em virtude da evolução registada nos últimos meses do ano. Na Europa, deu-se também na Irlanda (- 7,5 %), na RFA (- 3,6 %) e nos Países Baixos e Reino Unido (- 0,6 %). Porém, no conjunto da CEE, o desemprego continuou a crescer, embora a taxa inferior à de 1977 (3,9 % em 78 contra 9,4 % em 77). Em finais de Dezembro inscreviam-se na Comunidade 6,1 milhões de desempregados, o que correspondia a 5,5 % da população activa (em 1977, 5,3 %). Por sexos, esta taxa decompõe-se em 5,0 % para os homens e 6,4 % para as mulheres. A participação das mulheres no desemprego é crescente: 43 % (1978). O país onde tal participação é maior, é a Bélgica, com 60 %.

titui factor muito importante para a tranquilidade do funcionamento dos mecanismos monetários internacionais e para a redução da inflação à escala mundial. Acontece ainda que a alta de Abu Dhabi, sendo indissociável dos acontecimentos do Irão (o 4.º produtor mundial, o 2.º exportador e que contribui com mais de 15 % para o comércio mundial do petróleo) que pela interrupção progressiva dos seus fornecimentos colocaram, pela 1.ª vez após 1974, os países produtores em posição favorável no mercado petrolífero, pode vir a ser revista face à evolução de tais acontecimentos e à regularização da participação do petróleo iraniano nas correntes internacionais de abastecimentos.

A única incidência linearmente previsível do aumento das ramas é a nova transferência de rendimentos dos países consumidores para os produtores que, no entanto, como o passado recente ensina, os primeiros facilmente reabsorvem (porventura desta vez até com antecipação), quer devido ao aumento das compras, em volume, por parte dos países da OPEP, em consequência até do acréscimo das suas receitas determinadas pelos novos preços do petróleo, quer pelo sensível agravamento dos preços dos produtos que lhes são vendidos.

De facto, a maior parte do montante da factura petrolífera que os países da OCDE paga aos da OPEP consagram-na, estes, ao financiamento de importações provenientes daqueles, as quais facilmente se prevê irem aumentar.

Estima-se em 19 biliões de dólares o peso do aumento dos 14,5 % das ramas, na balança comercial do conjunto da OCDE, em 1979; 6 biliões na dos EU; 5 biliões de unidades de conta nas balanças comerciais dos 9 da Comunidade (2 biliões de dólares para a RFA, 1,5 para a França e Itália). Na balança comercial japonesa o agravamento é estimado em 3,5 biliões de dólares. Mas estes efeitos muito dependem da estabilidade do dólar cuja baixa — a registar-se de novo em 79 e por ser a moeda em que é fixado o preço do petróleo — diminuiria o peso do agravamento das ramas nas economias europeias e na japonesa.

Quanto à aceleração da inflação que os escalonados 14,5 % poderão vir a determinar no Ocidente, ou pelo menos o «handicap» que poderão constituir na redução da inflação ocidental, regista-se que tal efeito poderá assumir importância de maior, apenas nas economias francesa, italiana e espanhola, em virtude da maior dependência destas economias relativamente ao petróleo importado, por razões das respectivas estruturas da

produção, da maior penúria das suas fontes energéticas e do peso das importações de ramos nos PNB.

Com referência aos valores dos PNB, a preços de 1978, a alta dos 14,5 % incidirá sobre os diversos países do Ocidente com pesos que variam dos 0,2 % aos 0,5 % (*).

A Espanha e a Itália são os países mais sensíveis. Ao contrário, os EU, a RFA e o RU revelam taxas de dependência mais fracas.

Assinale-se por fim, quanto ao alarme ou às preocupações, que tal agravamento de preços suscita, em especial entre os teóricos, que, conduzido o raciocínio na base dos preços reais das ramos (os que resultam do confronto entre o preço efectivo do petróleo e os preços dos produtos manufacturados exportados pelos países da OCDE), o seu significado é completamente diferente, concluindo-se que, em termos reais e para alguns países, o preço das ramos não sofre modificação sensível.

No final de 1978, o preço real do petróleo baixou de 15 a 20 % em relação ao do começo de 1977.

É evidente que, se a inflação persistir nos países da OCDE com taxas acentuadas, bem como se persistir a instabilidade do dólar, novos aumentos são de prever por parte da OPEP.

Mas, a curto prazo, isto nada mais determina senão o desencadear do mesmo círculo vicioso, ou a repetição dos mesmos mecanismos.

5. Definidos os verdadeiros contornos dos efeitos dos aumentos do petróleo, para 1979, de entre os factores que permitem perspectivar uma

(*)

PAISES CONSUMIDORES	RAMAS FACT. EM 78 (a)	AGRAVAMENTO EM 79 (14,5 %)	
		(a)	% PNB/78
EU	38,50	3,85	0,2
Japão	28,10	2,81	0,3
RFA	13,60	1,36	0,2
França	11,80	1,18	0,3
Reino Unido	6,60	0,66	0,2
Itália	10,70	1,07	0,5
Espanha	5,70	0,57	0,5

(a) Biliões de dólares.

evolução favorável ou, pelo menos, sem incidentes a curto prazo, da conjuntura económica internacional sublinham-se:

- a) o papel cada vez mais activo que vêm desempenhando os bancos centrais, designadamente no que respeita ao controlo das variações dos câmbios face às variações das taxas de inflação;
- b) a atitude de maior prudência e concerto da comunidade bancária perante o rápido crescimento dos mercados de eurodivisas e o endividamento dos países subdesenvolvidos;
- c) os sintomas de progresso nos movimentos de integração económica internacional com particular destaque para a decisão tomada em Bruxelas em Setembro último de, em Março de 1980, se renovar a convenção de Lomé I (passará a ser a Lomé II) assinada em 1975, por 5 anos^(*) e
- d) a expansão do comércio mundial que persistiu em 1978 (acréscimo em volume de cerca de 5% contra 4% em 1977), apesar da inflação, do reforço do protecçãoismo e dos movimentos erráticos dos câmbios.

Sublinham-se ainda dois outros factores: as reformas fiscais empreendidas na França e nos Estados Unidos, que definem uma nova filosofia dos Estados modernos face à instituição empresarial, e a decisão de ser finalmente criado o Sistema Monetário Europeu, cujo início de funcionamento, inicialmente previsto para 1 de Janeiro de 1979, teve lugar no passado dia 13 de Março.

O primeiro, que consiste essencialmente na redução dos impostos que pesam sobre as empresas, reconhece a inadequação de um regime tributário herdado de uma fase de prosperidade e de fraca inflação que passou a impossibilitar, perante a nova conjuntura de crescimento perturbado e lento, a solução do problema da formação do capital das sociedades.

As reformas efectuadas em França e nos EU, no decurso de 1978, tendem a generalizar-se a outros países do Ocidente, observada a nova política tributária empresarial não como mero instrumento de regulação conjuntural do ciclo económico, mas assumindo um significado estrutural: as formas previstas para a redução da tributação equivalem a subvenções directas ao investimento com particular encorajamento às pequenas e médias empresas.

(*) Sensível e progressivo estreitamento da cooperação entre a CEE e 56 países — após a adesão da Dominica em Novembro de 1978 — do Terceiro Mundo: os chamados países ACP (de África, das Caraíbas e do Pacífico).

6. Quanto à resolução de entrada em vigor, nos princípios de 1979, do Sistema Monetário Europeu (SME), ela constitui no plano monetário uma das atitudes mais importantes destes anos mais recentes. Visando a criação de uma zona de durável estabilidade monetária, como elemento determinante na solução da crise, reagrupa as moedas da Comunidade (com excepção da libra, que resolveu retardar a sua adesão), inserindo-se no sistema da serpente que integrava apenas o DM, a coroa dinamarquesa e as moedas do Benelux.

O SME introduz o ECU que substitui a actual unidade de conta e que poderá constituir o embrião de uma futura moeda europeia.

Ao Fundo Europeu de Cooperação Monetária (FECOM) sucederá, dentro de dois anos, o Fundo Monetário Europeu, ao qual cabe assegurar o funcionamento do sistema e articular a acção dos bancos centrais. É o FECOM que fica autorizado a emitir ECUs em troca de reservas em ouro ou dólares dos Estados membros, sendo-lhe atribuídos, para actuar junto dos países membros, meios financeiros que se elevam a 11 biliões de ECUs, no caso de intervenções a médio prazo, e a 15 biliões, no caso de intervenções a curto prazo.

O SME procura constituir uma nova gestão da política monetária, determinando para todos os Estados membros objectivos específicos quantitativos, quer se trate da massa monetária ou das normas de acréscimo do crédito (no caso das quatro economias mais importantes), ou da disciplina que as relações de câmbios fixos implicam (no caso dos restantes cinco).

Reduzindo a margem entre moedas fortes e fracas, ou impedindo que as futuras moedas dos países participantes se não afastem demasiadamente umas das outras, a instituição do SME determinará, a curto prazo, uma liberalização dos fluxos intracomunitários de capitais, bem como uma maior mobilidade nos movimentos de mercadorias. Isto implica, evidentemente, um progressivo abandono das soberanias nacionais, inerente a uma verdadeira União Monetária.

A decisão de ser instituído o SME pressupõe o reconhecimento do laço íntimo que liga o aspecto propriamente monetário com as exigências das políticas económicas dos Estados membros, permitindo encará-lo como uma tentativa de fundo para a presente atonia das economias europeias e, sobretudo, como sinal de uma Europa em fase de mutação na nova correlação das forças económicas mundiais.

A expectativa que existe em torno do SME (cujo início surge com o atraso de 2 meses e meio), pela maior segurança que se admite vir dar ao quadro económico, com benéfica influência sobre a Procura, o Mercado e os Investimentos, é perturbada, porém, por um problema de raiz: com taxas de inflação elevadas e divergentes não é possível obter taxas de câmbio estáveis, nem fazer funcionar satisfatoriamente qualquer Sistema Monetário Internacional (4).

7. Não obstante a existência de vários factores propícios a uma evolução favorável, mesmo a acentuar-se e a generalizar-se tal evolução em termos de taxas de crescimento do PNB, longe se afigura estarmos ainda do aparecimento de uma nova conjuntura histórica de forte expansão, com crescimento rápido da produção e da acumulação de capital, com resolução do problema do emprego e sem a imposição periódica de austeras restrições à Procura, quer resultem da inflação, da carga fiscal ou de qualquer outro mecanismo ou medida que continui a conferir ao consumidor o papel passivo na evolução da economia.

No fundo, a resolução do problema tradicional que é o de se encontrar o equilíbrio entre as necessidades do Crescimento (para reduzir o desemprego) e as exigências das políticas restritivas (para reduzir a inflação).

O aparecimento dessa conjuntura, que reflectirá o acentuar das transformações económicas e sociais do mundo, não poderá garantir-se sem um novo suporte teórico que à evolução do pensamento económico caberá encontrar. Sendo difícil determinar quais as direcções em que a Ciência Económica evolui, os novos problemas e as novas forças permitem, contudo, pressupor uma progressiva articulação das políticas económicas nacionais numa política económica internacional integrada, onde ao instrumento

(4) Em 1978, as taxas de inflação na CEE foram:

RFA	2,4 %	Bélgica	3,9 %	Reino Unido	8,4 %
Luxemburgo	3,4 %	Dinamarca	7,1 %	França	9,7 %
Países Baixos	3,9 %	Irlanda	7,9 %	Itália	11,6 %

Nos três países candidatos à CEE foram: Grécia 11,5 %, Espanha 16,5 % e Portugal 25,2 %. A taxa comunitária foi de 7,0 %. Nos EU 9,0 %; no Japão 3,5 %. Para o conjunto da OCDE, 8,4 %.

monetário e às instituições financeiras se reserva função cada vez mais primordial (7).

Um novo suporte teórico que reconheça os graves e urgentes problemas económicos contemporâneos, não como problemas de economias nacionais, mas como problemas de Sistema e que, encarado numa perspectiva dinâmica, permita um quadro racional de soluções em oposição à situação actual que é a de meros expedientes pragmáticos, como atitudes de remedeio ou remendo, algumas ridiculamente estéreis.

De facto, o pensamento económico que muito evoluiu no campo do diagnóstico (o aspecto meramente de técnicas de análise) e da precisão de conceitos, tornou-se insuficiente no campo da terapêutica (o aspecto caracteristicamente científico) não fornecendo linhas directrizes de uma acção eficaz.

Esta situação é, aliás, muito semelhante à do princípio do século em que o pensamento económico tradicional (que, na altura, emergia da escola histórica e da escola marginalista), confrontado com a dura realidade da época (também extremamente rica de acontecimentos), revelou total incapacidade e destruiu a confiança nos teóricos. Foi, porém, essa mesma dura realidade que esteve na base do aparecimento da Teoria Geral (a chamada revolução keinesiana que o liberalismo incapaz procurou crucificar), de êxito fulgurante e, mais tarde, da Teoria específica do Desenvolvimento Económico para os países de um Terceiro Mundo que despertava — o que permitiu à Ciência Económica readquirir uma renovada confiança e garantir a impetuosa expansão que o Mundo conheceu no pós-guerra.

(7) O financiamento do Desenvolvimento tem cabido cada vez mais acentuadamente ao mercado mundial de capitais. Em 1978, por exemplo, registou-se uma intervenção acrescida dos bancos internacionais, incitados à sua expansão internacional pelas restrições de crédito nos países industrializados. Por outro lado, o Banco Mundial acreceu sensivelmente os seus empréstimos, bem como o Banco Europeu de Investimentos. Os financiamentos efectuados pelo BEI aumentaram de 40 % no decurso de 1978 (atingiram 2188,3 milhões de UCE). De 1975 até fins de 1978 duplicaram. Internamente dirigiram-se para o desenvolvimento das regiões atrasadas e confrontadas com problemas de reconversão industrial da Comunidade: o Sul da Itália (que beneficiou de mais de metade dos créditos acordados para o desenvolvimento regional), o Norte de Inglaterra, Escócia, País de Gales, Irlanda e Norte, Este e Oeste da França. Visaram também uma série de investimentos energéticos para reduzir a dependência da CEE quanto às importações de petróleo. Externamente, dirigiram-se em grande parte para os países ACP.

O FMI por sua vez, em Dezembro de 1978, decidiu o aumento em 50 % dos seus recursos, pelo aumento de 50 % das quotas dos 137 países membros. Deliberou proceder também a uma nova distribuição de Direitos de Saque Especiais, ao ritmo de 4 biliões por ano, por 3 anos e a partir de 1 de Janeiro de 1979, além de periódicas vendas de ouro.

A crise actual, evidenciando de forma muito aguda o atraso e a inadequação da teoria económica ou o quanto lhe falta para acompanhar a evolução social, em face de um mundo substancialmente diferente do de há 40 ou 30 anos atrás, constitui, também, uma excelente base experimental para um novo surto no progresso da Ciência Económica, sem que isto signifique condená-la a uma simples ciência de conjuntura.

Esperam-se (e necessitam-se) progressos, particularmente no campo do funcionamento da Economia, do Equilíbrio Geral, da Teoria da Planificação e da Teoria dos Sistemas, por forma a garantir-se o tal suporte indispensável à eficácia na resolução dos problemas postos pela nova consciência mundial.

Armando dos Santos Nogueira

Professor Catedrático
da Academia Militar